

O Acordo de Toronto

Um fato novo, com desdobramento de grande força motivadora, capaz de repor o Brasil como potência econômica no contexto internacional, pode devolver ao nosso País a posição privilegiada que alcançou, situando-se logo após as sete grandes nações desenvolvidas. O acordo assinado no Canadá, pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, tem dimensões históricas e empatia política de grande envergadura. Muito embora as condições arbitradas ainda dependam de aval do Fundo Monetário Internacional, as negociações concluídas e as concordâncias programadas montam um contencioso privilegiado para o Brasil. Depois de operacionalizados os ajustes e reestruturado o endividamento com os bancos credores, ficará reduzida a cerca de sete bilhões de dólares a atual dívida de 35 bilhões de dólares de débitos renegociados, estendendo-se o pagamento dos juros e do principal ao longo dos próximos 30 anos. Ao endosso do FMI seguir-se-ão ações do governo dos Estados Unidos, ao qual caberá parcela significativa por conta do aporte de recursos complementares oriundos de emissão especial de títulos a serem repassados aos bancos em parciais pagamentos, o primeiro deles previsto para 15 de abril, data da efetivação do acordo do Toronto.

A etapa concluída agora no Canadá coroa uma fase de negociações desenvolvidas durante dois anos. Ela será completada no próximo ano e recolocará o Brasil no mercado financeiro internacional, de onde se afastou há mais de dez anos para captar 1,2 bilhão de dólares. Essa será a cobertura das três futuras prestações dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, garantidores dos compromissos assumidos pelo ministro da Fazenda do Brasil. Essa abertura, garantida por uma complexa mobilização de moeda forte, para produzir efeitos duradouros depende ainda da aprovação pelo

FMI de um empréstimo *stand by*, até o próximo mês de fevereiro.

O esperado como mecanismo de viabilização desse conjunto de operações é a posição firmada pela economia nacional, quer quanto ao alto volume de nossas reservas, quer quanto à presença maciça de empresas brasileiras no mercado de títulos. O Fundo Monetário Internacional tem assim as garantias que reclama para deferir a operação que irá deflagrar o Acordo de Toronto em seu conjunto. Politicamente, o FMI tem a solidariedade de 89 por cento dos bancos detentores da dívida e que, na prática, foram confirmadas por procuração. Agora em dezembro, esperam os gerentes negociadores o fechamento do restante dos contratos.

O ponto crítico da questão vai concentrar-se sobre o Fundo, que terá até o final do ano para debruçar-se sobre a proposta do plano de estabilidade, anunciado pelo Governo brasileiro na semana que passou. O jejum de poupança externa pode estar chegando ao fim. Já não é sem tempo, e nem sem inúmeros tropeços e sobressaltos, que o Brasil se aproxima novamente das finanças mundiais, com credenciais confiáveis e com um lastro de disposição interna com as contas públicas postas sobre controle rigoroso e com previsões confiáveis em seus resultados.

Resta, pois, acreditar nos planos de austeridade e nos seus resultados em termos de equilíbrio nas finanças públicas. Esta circunstância defere às nossas autoridades o espaço próprio para equacionar o problema, cuja solução, antes de ser do FMI e dos bancos estrangeiros, é de nosso maior interesse. Para que a proposta saia do papel, o Governo do Brasil tem que mostrar serviço. Pelas suas próprias forças a Nação terá que abrir o caminho de volta ao mercado financeiro internacional.